

ANEXO I-A

	UEM - Universidade Estadual de Maringá Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta	
---	--	---

TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde aos itens 01 a 04

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos laboratoriais para atender a demanda dos Projetos de Pesquisa em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado realizados pelo Laboratório de Metabolismo Hepático, localizado no Departamento de Bioquímica (DBQ), conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cod. GMS	Código CAT/M AT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Vol.Máx Total
1	660384069	414531	Banho maria Beads capacidade 5 L	01	UN	R\$18.163,17	R\$18.163,17
2	660372595	613322	pHmetro de Bancada	04	UN	R\$ 2.388,78	R\$ 9.555,12
3	660387807	625453	Autoclave 30 Litros	01	UN	R\$ 7.154,25	R\$ 7.154,25
4	660362396	411372	Aagitador Magnético com Aquecimento	04	UN	R\$ 2.761,62	R\$ 11.046,48

1.1.1. Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. As especificações técnicas dos itens **01** a **04** encontram-se abaixo:

Item 01. Banho maria com esferas metálicas (beads)

- Volume: 5 litros

TERMO DE REFERÊNCIA

- Voltagem: 220 V
- Temperatura Ambiente + 5°C a 80°C
- Controle de temperatura microprocessado digital, sistema PID com duplo display digital
- Sensor de temperatura tipo PT 100
- Termostato de segurança contra elevação da temperatura
- Cuba interna em aço inox AISI 304 com cantos arredondados (sem emendas ou soldas)
- Gabinete externo em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura em epóxi texturizado eletrostático.
- Pés anti-vibratórios
- Fusível de segurança. Cabo de alimentação com Plug conforme norma ABNT NBR 14136
- Tampa pingadeira em PS (60°C)
- Beads ou esferas metálicas ou equivalentes compatíveis com o equipamento inclusos.

Item 02. pHmetro de bancada para análise da água pH 0-14

- Bivolt
- Alta precisão
- Com eletrodo combinado de vidro e suporte

Item 03. Autoclave 30L

- Autoclave vertical digital
- 110V ou 220 V
- Com registro da Anvisa
- Faixa de temperatura de 121°C a 124°C e a uma pressão de até 30PSI
- Equipada com manômetros e dispositivos de segurança, como válvula de escape de pressão e trava de segurança

Item 04. Agitador magnético com aquecimento

- Placa em alumínio
- Capacidade 10 L

TERMO DE REFERÊNCIA

- Com aquecimento até 90 C e 2400 rpm.
- 220V

1.2.2 Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, não sendo aceitos equipamentos reconicionados, remanufaturados ou equivalentes.

1.3. DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1. A contratada ficará responsável pela entrega do equipamento, em uma única parcela no prazo máximo de 30 (trinta dias), contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM. A entrega deverá ser feita na Divisão de Patrimônio da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá, PR.

1.5. AMOSTRAS

1.5.1. Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O laboratório de ensino do Departamento de Bioquímica oferece suporte a diversas disciplinas de diferentes cursos de graduação, desempenhando papel fundamental na formação acadêmica dos discentes. Por meio de atividades práticas, promove a difusão do conhecimento em Bioquímica, aproximando os conteúdos teóricos da aplicação experimental. Além disso, contribui para a integração entre universidade e comunidade, ao possibilitar a realização de ações extensionistas que evidenciam a relevância da Bioquímica no cotidiano e ampliam o acesso ao conhecimento científico. Essas iniciativas fortalecem a integração entre universidade e sociedade, permitindo a troca de saberes e a aplicação prática do conhecimento científico no cotidiano. Diante desse cenário, a aquisição de equipamentos como banho-maria com beads, autoclave, agitador magnético e pHmetro é imprescindível. Esses itens são fundamentais para a execução adequada de experimentos, garantindo condições apropriadas de preparo, controle e análise de amostras, além de assegurar a biossegurança e a reprodutibilidade dos resultados. A ausência ou

TERMO DE REFERÊNCIA

insuficiência desses equipamentos compromete diretamente a continuidade das atividades de ensino, e extensão, podendo resultar na interrupção de projetos em andamento, prejuízos à formação acadêmica dos estudantes e impacto negativo na produção científica do departamento.

Dessa forma, a aquisição dos itens relacionados no presente Termo mostra-se essencial para assegurar o pleno funcionamento do laboratório, a qualidade das atividades desenvolvidas e o cumprimento da missão institucional da universidade.

2.2. OBJETIVO:

A aquisição de equipamentos como banho-maria com beads, autoclave, agitador magnético e pHmetro tem como objetivo garantir o pleno funcionamento das atividades de ensino desenvolvidas no Laboratório de Ensino do Departamento de Bioquímica (DBQ). Esses equipamentos são essenciais para assegurar a continuidade das atividades de ensino e extensão de forma segura, bem como para fortalecer a formação técnica e científica dos estudantes vinculados aos programas de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Adicionalmente, a aquisição desses itens apresenta caráter estratégico e prioritário para a implantação e continuidade de pesquisas envolvendo cultura de células e biologia molecular, além de oferecer suporte adequado aos projetos de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica (PBQ) atualmente em desenvolvimento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Aspectos técnicos da escolha

3.1.1 Banho-maria com beads metálicas

O banho-maria com beads metálicas constitui a tecnologia recomendada para laboratórios de cultura celular e biologia molecular, pois elimina a presença de água livre, principal fonte de contaminação microbiológica nesses equipamentos. Em banhos tradicionais, a água aquecida pode atuar como reservatório para bactérias, fungos e algas, além de favorecer a formação de aerossóis contaminantes que podem atingir frascos, tubos e reagentes, comprometendo linhagens celulares, ensaios de biologia molecular e a reprodutibilidade experimental. Tais contaminações podem

TERMO DE REFERÊNCIA

resultar na perda de experimentos, desperdício de insumos de alto custo e atraso significativo no andamento dos projetos.

No sistema com beads, o calor é transferido por condução direta através das esferas metálicas, proporcionando aquecimento uniforme, rápido e estável, sem geração de vapor, respingos ou condensação. Isso reduz drasticamente o risco de infiltração de líquidos pelas tampas, desprendimento de rótulos, contaminação cruzada entre amostras e degradação de materiais sensíveis. Consequentemente, aumenta-se a confiabilidade dos resultados experimentais e a segurança das amostras biológicas.

Outro benefício relevante é a redução da manutenção operacional. Diferentemente do banho convencional, o equipamento com beads não requer troca periódica de água, adição de agentes antimicrobianos nem limpeza frequente para remoção de biofilmes e depósitos minerais. Essa característica diminui custos indiretos, tempo de inatividade do equipamento e variabilidade experimental associada à qualidade da água utilizada.

Sob a perspectiva da biossegurança e da saúde ocupacional, a ausência de água aquecida também reduz o risco de queimaduras por respingos, vazamentos e derramamentos, oferecendo maior proteção ao operador e ao ambiente laboratorial. Portanto, a compra do banho-maria com beads não se limita a uma melhoria operacional, mas representa um investimento estratégico na qualidade do ensino e pesquisa, na biossegurança, na eficiência do uso de recursos públicos e na formação acadêmica de alto nível. Trata-se de medida necessária e urgente para garantir a implantação segura de ensaios com cultura de células e biologia molecular e a plena execução dos projetos científicos do PBQ.

3.1.2 pHmetro

O pHmetro é um equipamento essencial para a medição precisa do pH de soluções, sendo amplamente utilizado em atividades de ensino, pesquisa e extensão no Laboratório de Ensino) e Laboratórios de Pesquisa do Departamento de Bioquímica (DBQ). A escolha deste equipamento fundamenta-se na necessidade de garantir confiabilidade, reprodutibilidade e precisão nas análises experimentais, especialmente em práticas que envolvem preparo de soluções, tamponamento, cultura de células, ensaios enzimáticos e análises bioquímicas em geral.

TERMO DE REFERÊNCIA

Do ponto de vista técnico, o equipamento deve apresentar boa sensibilidade, estabilidade de leitura, compensação automática de temperatura e facilidade de calibração, preferencialmente com reconhecimento automático de padrões. Recomenda-se ainda que possua interface digital de fácil operação, visor de leitura clara e compatibilidade com eletrodos de alta durabilidade, adequados ao uso frequente em ambiente didático.

A robustez e a durabilidade do equipamento são critérios relevantes, considerando o uso contínuo por diferentes turmas e projetos. Além disso, a escolha por um modelo que permita manutenção simplificada e disponibilidade de peças de reposição contribui para a sustentabilidade operacional do laboratório.

A aquisição do pHmetro, portanto, é indispensável para assegurar a qualidade das atividades práticas, a padronização dos experimentos e a formação adequada dos estudantes, além de atender às demandas dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do DBQ.

3.1.3 Autoclave

A autoclave é um equipamento indispensável para a esterilização de materiais, meios de cultura e soluções, sendo fundamental para garantir condições adequadas de biossegurança nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Laboratório de Ensino do Departamento de Bioquímica (DBQ). A escolha da autoclave baseia-se na necessidade de assegurar a eliminação de microrganismos por meio de vapor sob pressão e alta temperatura, garantindo a esterilidade de vidrarias, instrumentos e insumos utilizados em práticas laboratoriais, especialmente em experimentos que envolvem cultura de células, microbiologia e ensaios bioquímicos sensíveis à contaminação.

Do ponto de vista técnico, o equipamento deve apresentar controle preciso de temperatura e pressão, ciclos programáveis, sistemas de segurança contra sobre pressão e superaquecimento, além de dispositivos que garantam a vedação eficiente e operação segura. Recomenda-se também que possua interface intuitiva, indicadores de ciclo e compatibilidade com rotinas laboratoriais de uso contínuo.

A capacidade do equipamento deve ser compatível com a demanda do laboratório de ensino, permitindo o atendimento simultâneo de diferentes turmas e projetos, otimizando o tempo e garantindo eficiência operacional. A durabilidade, a

TERMO DE REFERÊNCIA

facilidade de manutenção e a disponibilidade de assistência técnica são critérios adicionais relevantes para assegurar a continuidade do uso do equipamento.

Dessa forma, a aquisição da autoclave é essencial para manter padrões adequados de esterilização, prevenir contaminações, garantir a segurança dos usuários e assegurar a qualidade das atividades práticas e dos resultados obtidos no âmbito do DBQ.

3.1.4 Agitador magnético com aquecimento

O agitador magnético com aquecimento é um equipamento fundamental para a homogeneização e aquecimento controlado de soluções, sendo amplamente utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Laboratório de Ensino do Departamento de Bioquímica (DBQ) e Laboratórios de Pesquisa do DBQ. A escolha deste equipamento justifica-se pela necessidade de promover mistura uniforme de reagentes, aliada ao controle preciso de temperatura, aspectos essenciais para o preparo de soluções, realização de reações químicas, ensaios enzimáticos e procedimentos experimentais diversos. A combinação de agitação e aquecimento em um único equipamento contribui para maior eficiência operacional, padronização dos protocolos e otimização do tempo em ambiente laboratorial.

Do ponto de vista técnico, o equipamento deve apresentar controle independente e preciso de velocidade de agitação e temperatura, estabilidade durante o funcionamento e distribuição homogênea de calor na superfície de aquecimento. Recomenda-se que possua sistema de segurança contra superaquecimento, superfície resistente a agentes químicos e fácil higienização, além de compatibilidade com diferentes volumes e tipos de recipientes.

Adicionalmente, a robustez, durabilidade e facilidade de operação são critérios relevantes, considerando o uso frequente em atividades didáticas por diferentes usuários. A presença de interface simples e intuitiva contribui para a segurança e eficiência durante as práticas laboratoriais.

Dessa forma, a aquisição do agitador magnético com aquecimento é essencial para garantir a qualidade, reprodutibilidade e segurança das atividades experimentais, além de contribuir significativamente para a formação técnica dos estudantes e o suporte às atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no DBQ.

TERMO DE REFERÊNCIA

As empresas selecionadas para cotação e eventual fornecimento foram escolhidas com base nos seguintes critérios:

- Fornecedor de produtos e serviços compatíveis com as especificações técnicas solicitadas;
- Reconhecimento e experiência comprovada no segmento de reagentes laboratoriais;
- Regularidade fiscal e cadastral, assegurando a emissão de nota fiscal e o cumprimento das exigências legais vigentes;
- Histórico de bom atendimento, qualidade de suporte técnico e prazos de entrega compatíveis com as necessidades do laboratório e dos projetos em andamento.

É preciso fazer a contratação de empresas habilitadas ao fornecimento do item, objeto desse TR, o qual será utilizado, de acordo com metodologia adequada para a realização de experimentos, para obtenção de resultados que comprovem hipóteses previamente fundamentadas. A existência do recurso e diante da necessidade de conclusão do plano de trabalho por ocasião de tempo de execução se aproximando, se faz urgente a compra desse objeto.

3.2.Vantagem econômica

Em relação ao custo-benefício, a aquisição do banho maria com beads , agitador magnético com aquecimento, pHmetro e autoclave representa um investimento estratégico. Embora o custo inicial possa ser superior ao de soluções alternativas mais baratas, a durabilidade e a eficiência resultam em economias a longo prazo consideráveis. A menor taxa de erros nas reações e a eficiência na realização dos processos laboratoriais contribuem para a redução de desperdícios e otimização do tempo, fatores que se traduzem em resultados financeiros positivos associados aos projetos de pesquisa.

3.3. Adequação ao interesse público

Por fim, é importante destacar que a solução proposta se alinha com o interesse público, já que o aprimoramento do Laboratório de Ensino contribui diretamente para a formação qualificada de profissionais em nível de graduação, mestrado e doutorado. Pesquisas realizadas com rigor e metodologia apropriada não apenas desenvolvem

TERMO DE REFERÊNCIA

conhecimentos científicos, mas também têm o potencial de gerar inovações que impactam a sociedade em diversas frentes, especialmente nas áreas de saúde e biotecnologia. Portanto, a escolha dos itens acima descritos não apenas visa atender às demandas internas do departamento, mas também serve a um propósito maior, que é promover o avanço da ciência e o desenvolvimento da educação pública.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I,II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi a MÉDIA DE PREÇO dos preços orçados, nos termos do § 3º do artigo 368, do decreto estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

Item	Qtd e	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Máx. Total
01	01	UN	Banho maria com Beads metálicas 5 L	R\$18.163,17	R\$18.163,17
			Banco de Preços	R\$18.163,17	

Item	Qtd e	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Máx. Total
02	04	UN	pHmetro de Bancada	R\$ 2.388,78	R\$ 9.555,12
			Banco de Preços	R\$ 2.388,78	

Item	Qtd e	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Máx. Total
03	01	UN	Autoclave 30 Litros	R\$ 7.154,25	R\$ 7.154,25
			Banco de Preços	R\$ 7.154,25	

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Qtd e	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Máx. Total
04	04	UN	Agitador Magnético com Aquecimento	R\$ 2.761,62	R\$ 11.046,48
			Banco de Preços	R\$ 2.761,62	

Em atendimento às normas internas de aquisição e visando assegurar a economicidade e a transparência do processo, foram solicitados orçamentos a pelo menos três empresas distintas, selecionadas com base em critérios técnicos e de confiabilidade no fornecimento dos equipamentos requisitados.

As empresas apresentadas foram escolhidas por atenderem aos seguintes requisitos:

- **Fornecimento de produtos/serviços compatíveis** com as especificações técnicas solicitadas;
- **Reconhecimento e experiência comprovada** no segmento de atuação;
- **Regularidade fiscal e cadastral**, possibilitando a emissão de nota fiscal e cumprimento das exigências legais;
- **Histórico de bom atendimento e prazos de entrega adequados** às necessidades do laboratório/projeto;

Assim, a apresentação de orçamentos dessas três empresas visa garantir a seleção da opção mais vantajosa, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, em conformidade com os princípios de eficiência e economicidade da administração pública.

5. PARCELAMENTO DOS OBJETOS

5.1. A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Práticas de sustentabilidade a serem adotadas:

6.1.1 O bem deve ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

TERMO DE REFERÊNCIA

6.1.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3 O bem deve ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O equipamento deverá ser entregue em remessa única no prazo máximo de 30 (trinta dias), a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, na Divisão de Almoxarifado Central da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

9.2. Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3.O bem será recebido provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

TERMO DE REFERÊNCIA

9.4. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital, conforme as condições e as necessidades do contratante.

9.8. Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

TERMO DE REFERÊNCIA

10.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

TERMO DE REFERÊNCIA

10.1.10.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, não sendo aceitos equipamentos recondicionados, remanufaturados ou equivalentes.

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à

TERMO DE REFERÊNCIA

Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual de Maringá, CNPJ: 79.151.312/0001-56, avenida Colombo, 5790, CEP: 87.020-900, campus sede, Jardim Universitário, Maringá-PR, constando número da licitação/Dispensa, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

TERMO DE REFERÊNCIA

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha ocorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Não há necessidade de habilitação complementares, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos.

12.4. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

TERMO DE REFERÊNCIA

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1.É vedada a subcontratação parcial do objeto.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1.Em razão da natureza do objeto e por ser uma compra de materiais de consumo comum, conforme os itens descritos nas especificações técnicas e entrega única.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses totalizando 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

TERMO DE REFERÊNCIA

16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

16.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. VIGÊNCIA:

17.1. Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

TERMO DE REFERÊNCIA

17.2. Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1. Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Para o **Item 01**, referente ao Pedido de Compra N.128051:

Gestão/Unidade: CCB/DBQ

Setor de destino: 54.05.00.0

Dotação: 2.54.248.1236 Contrato de fornecimento parcelado. Abertura de contrato Equipamentos Laboratoriais e TI para o ensino - CCB

Programa de Trabalho: 4532.12.364.34.8122

Fonte do Recurso: 501

Elemento de Despesa: 44905208.

Para os **Itens 02, 03 e 04**, referentes ao pedido de compra 128691:

Gestão/Unidade: CCB/DBQ

Setor de destino: 54.05.00.0

Dotação: 2.54.249.0750 – MANUT. ATIV. ACADÊMICAS DBQ

Programa de Trabalho: 4532.12.364.34.8122

TERMO DE REFERÊNCIA

Fonte do Recurso: 501

Elemento de Despesa: 44905208.

19.2. Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, conforme Números de Ordem 11284, 10464, 11283 e 1183 informados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, e disponível no endereço eletrônico:

[https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2026-04/4532 - uem_pca_2026 v.13.pdf](https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2026-04/4532_-_uem_pca_2026_v.13.pdf).

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 18 de agosto de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

Anacharis Babeto de Sá Nakanishi
Chefe Adjunta do Departamento de Bioquímica
Matrícula 153940

ANEXO I-B

	UEM - Universidade Estadual de Maringá Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta	
---	---	---

TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde aos itens 05 e 06

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos laboratoriais para atender a demanda dos Projetos de Pesquisa em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado realizados pelo Laboratório de Metabolismo Hepático, localizado no Departamento de Bioquímica (DBQ). Seguem as especificações na planilha abaixo:

Item	Cod. GMS	Código CAT/MAT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Vol.Máx Total
1	57912	412970	Centrifuga de bancada não refrigerada com rotor	01	UN	R\$7.798,86	R\$7.798,86
2	78342	607363	Banho a seco com blocos (termoblocos)	01	UN	R\$ 4.546,31	R\$ 4.546,31

1.1 Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. As especificações técnicas dos itens **01** a **02** encontram-se abaixo:

Item 01. Centrifuga de Bancada não refrigerada

- Centrifuga com rotor removível
- Com tampa
- Força centrífuga máxima de 5.580 g
- Velocidade máxima até 5.500 rpm

TERMO DE REFERÊNCIA

- Rotor angular com 6 tubos de 50 mL
- 230V

Item 02. BANHO SECO DIGITAL (TERMO BLOCO) PARA 2 BLOCOS

- Capacidade de 2 blocos
- Temperatura até 150°C
- Controlador de temperatura digital
- Com agitação
- Câmara interna metálica de aquecimento
- Com tampa acrílico transparente
- Acompanha 2 blocos com volume 0.2 e 2.0 mL

1.2.2 Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, não sendo aceitos equipamentos recondicionados, remanufaturados ou equivalentes.

1.3. DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1. A contratada ficará responsável pela entrega do equipamento, em uma única parcela no prazo máximo de 30 (trinta dias), contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM. A entrega deverá ser feita na Divisão de Patrimônio da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá, PR.

1.5. AMOSTRAS

1.5.1. Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

2.1. O laboratório de ensino do Departamento de Bioquímica oferece suporte a diversas disciplinas de diferentes cursos de graduação, desempenhando papel fundamental na formação acadêmica dos discentes. Por meio de atividades práticas, promove a difusão do conhecimento em Bioquímica, aproximando os conteúdos teóricos da aplicação experimental. Além disso, contribui para a integração entre universidade e comunidade, ao possibilitar a realização de ações extensionistas que evidenciam a relevância da Bioquímica no cotidiano e ampliam o acesso ao conhecimento científico. Essas iniciativas fortalecem a integração entre universidade e sociedade, permitindo a troca de saberes e a aplicação prática do conhecimento científico no cotidiano. Diante desse cenário, a aquisição de equipamentos como banho-maria seco com blocos (termobloco) e centrífuga de bancada é imprescindível. Esses itens são fundamentais para a execução adequada de experimentos, garantindo condições apropriadas de preparo, controle e análise de amostras, além de assegurar a biossegurança e a reprodutibilidade dos resultados. A ausência ou insuficiência desses equipamentos compromete diretamente a continuidade das atividades de ensino, e extensão, podendo resultar na interrupção de projetos em andamento, prejuízos à formação acadêmica dos estudantes e impacto negativo na produção científica do departamento.

Dessa forma, a aquisição dos itens relacionados no presente Termo mostra-se essencial para assegurar o pleno funcionamento do laboratório, a qualidade das atividades desenvolvidas e o cumprimento da missão institucional da universidade.

2.2. OBJETIVO:

A aquisição de equipamentos como banho-maria a seco com bloco (termobloco) e centrífuga tem como objetivo garantir o pleno funcionamento das atividades de ensino desenvolvidas no Laboratório de Ensino do Departamento de Bioquímica (DBQ). Esses equipamentos são essenciais para assegurar a continuidade das atividades de ensino e extensão de forma segura, bem como para fortalecer a formação técnica e científica dos estudantes vinculados aos programas de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Adicionalmente, a aquisição desses itens apresenta caráter estratégico e prioritário para a implantação e continuidade de pesquisas envolvendo cultura de células e biologia molecular, além de oferecer suporte adequado aos projetos de pós-

TERMO DE REFERÊNCIA

graduação do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica (PBQ) atualmente em desenvolvimento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Contratação de empresas habilitadas ao fornecimento do equipamento através de acordo de fornecimento.

Vantagens da contratação:

- Custo: Geralmente possui preços mais acessíveis por conta da redução de custos logísticos.
- Qualidade: Distribuidores costumam ter conhecimento especializado sobre equipamento, garantindo melhores condições de transporte.
- Suporte: Possibilidade de suporte técnico local, facilitando a resolução de problemas e dúvidas.
- Desvantagens:
 - Flexibilidade: Os contratos podem ser menos flexíveis, limitando a adaptação a novas necessidades da Universidade, o que não se aplica ao objeto em questão;
 - Estoque: A dependência de estoque limitado pode comprometer o fornecimento em casos de demanda emergente.
 - Dependência: Dependência de processos digitais pode ocasionar problemas na falta de acesso à plataforma.

Análise:

Acordo de fornecimento com distribuidores locais, apresenta uma solução equilibrada entre custo e qualidade, mas pode falhar na flexibilidade. No entanto, essa solução é a que apresenta características que atendem a diferentes aspectos e objetivos da Universidade Estadual de Maringá considerando o equilíbrio entre custo, qualidade e a capacidade de adaptação às demandas da pesquisa e ensino.

Adequação ao interesse público:

Por fim, é importante destacar que a solução proposta se alinha com o interesse público, já que o aprimoramento do Laboratório de Metabolismo Hepático contribui

TERMO DE REFERÊNCIA

diretamente para a formação qualificada de profissionais de graduação e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Pesquisas realizadas com rigor e metodologia apropriada não apenas desenvolvem conhecimentos científicos, mas também têm o potencial de gerar inovações que impactam a sociedade em diversas frentes, especialmente nas áreas de saúde e biotecnologia. Portanto, a escolha do equipamento não apenas visa atender às demandas internas do laboratório, mas também serve a um propósito maior, que é promover o avanço da ciência e o desenvolvimento da educação pública.

Seguem as especificações técnicas e padrões mínimos exigidos dos itens a serem adquiridos:

Item 01. Centrífuga de Bancada não refrigerada

- Centrífuga com rotor de ângulo fixo intercambiável
- Força centrífuga máxima de 5.580 g
- Velocidade máxima até 5.500 rpm
- Com rotor de ângulo fixo com 6 tubos
- 230V

Item 02. BANHO SECO DIGITAL (TERMO BLOCO) PARA 2 BLOCOS

- Capacidade de 2 blocos
- Temperatura até 150°C
- Controlador de temperatura digital
- Câmara interna metálica de aquecimento
- Bloco de aquecimento
- Com tampa acrílico transparente
- Acompanha 2 blocos com volume 0.2 e 2.0 mL
- 220V ou bivolt

4. PESQUISA DE PREÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi a MÉDIA DE PREÇO dos preços orçados, nos termos do § 3º do artigo 368, do decreto estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Máx. Total
01	01	UN	Centrifuga de bancada não refrigerada com rotor (tubo falcon 50 mL)	R\$7.798,86	R\$7.798,86
			Banco de Preços	R\$7.798,86	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Máx. Total
02	01	UN	Banho a seco (termobloco) com 2 blocos	R\$ 4.546,31	R\$ 4.546,31
			Banco de Preços	R\$ 4.546,31	

Em atendimento às normas internas de aquisição e visando assegurar a economicidade e a transparência do processo, foram solicitados orçamentos a pelo menos três empresas distintas, selecionadas com base em critérios técnicos e de confiabilidade no fornecimento dos equipamentos requisitados.

5. PARCELAMENTO DOS OBJETOS

5.1.A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

TERMO DE REFERÊNCIA

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Práticas de sustentabilidade a serem adotadas:

6.1.1 O bem deve ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3 O bem deve ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O equipamento deverá ser entregue em remessa única no prazo máximo de 30 (trinta dias), a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, na Divisão de Patrimônio, Bloco 010, situado na Avenida Colombo, 5790.

TERMO DE REFERÊNCIA

9.2. Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3. O bem será recebido provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital, conforme as condições e as necessidades do contratante.

9.8. Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

TERMO DE REFERÊNCIA

10.1.9.2. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, não sendo aceitos equipamentos reconicionados, remanufaturados ou equivalentes.

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

TERMO DE REFERÊNCIA

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente

TERMO DE REFERÊNCIA

constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual de Maringá, CNPJ: 79.151.312/0001-56, avenida Colombo, 5790, CEP: 87.020-900, campus sede, Jardim Universitário, Maringá-PR, constando número da licitação/Dispensa, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha ocorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Não há necessidade de habilitação complementares, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos.

12.4. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Em razão da natureza do objeto e por ser uma compra de materiais de consumo comum, conforme os itens descritos nas especificações técnicas e entrega única.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses totalizando 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

TERMO DE REFERÊNCIA

16.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. VIGÊNCIA:

17.1. Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2. Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1. Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

TERMO DE REFERÊNCIA

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: CCB/DBQ

Setor de destino: 54.05.00.0

Dotação: 2.54.248.1236 (centro CCI-CCB)

Programa de Trabalho: 4532.12.364.34.8122

Fonte do Recurso: 501

Elemento de Despesa: 44905208.

19.2. Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, conforme Números de Ordem 704 e 390 informados no Estudo Técnico Preliminar – ETP do PCA disponível no endereço eletrônico: https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2026-06/4532%20-%20UEM_PCA_2026%20v.22.pdf

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

TERMO DE REFERÊNCIA

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 19 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
 ANACHARIS BABETO DE SA NAKANISHI
Data: 19/08/2026 10:16:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anacharis Nakanishi

Chefe adjunta do Departamento de Bioquímica

Matrícula 153940

ANEXO I-C

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta	
---	---	---

TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde ao item 07

1. OBJETO

1.1 Aquisição de **Notebook** para atender a demanda do departamento de enfermagem, conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód. CAT/MATCom pras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	7003- 61049	630109	Notebook	02	un.	R\$ 5.393,98	R\$ 10.787,96

1.1.1 Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Notebook novo, sem uso, de linha de fabricação atual.

* Processador de arquitetura móvel (mobile), 64 bits, da plataforma Intel® Core ou AMD Ryzen®, lançado a partir do primeiro trimestre de 2023 (Q1/2023), com desempenho compatível com as necessidades institucionais.

* Memória RAM de, no mínimo, 16 GB DDR4 ou tecnologia superior, com possibilidade de expansão para, no mínimo, 32 GB.

* Unidade de armazenamento SSD no padrão M.2 PCIe, com capacidade mínima de 512 GB.

* Módulo TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior, integrado à placa-mãe.

* BIOS compatível com o padrão UEFI, com recursos de segurança, gerenciamento e atualização.

* Interfaces de comunicação contemplando, no mínimo:

- 1 (uma) porta USB Tipo A;
- 1 (uma) porta USB Tipo C;

TERMO DE REFERÊNCIA

- Interface de rede Ethernet (RJ-45 integrada ou por adaptador fornecido pelo fabricante);
- Saída de vídeo digital;
- Conectividade Wi-Fi;
- Bluetooth versão 5.0 ou superior.
- Sistema de áudio integrado, com alto-falantes e microfones embutidos.
- Tela de, no mínimo, 14 polegadas.
- Bateria, fonte de alimentação e todos os cabos e acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento.

1.2.1.1 Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, não sendo aceitos equipamentos reconicionados, remanufaturados ou equivalentes.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento do objeto será realizado em **parcela única**, mediante entrega da totalidade dos itens contratados.

O prazo de entrega será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Compra ou instrumento equivalente pela contratada, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 40, além das seguintes informações:

I – Os produtos deverão ser entregues na Divisão de Patrimônio, Bloco O10, situada na Avenida Colombo, nº 5.790, Zona 7, Maringá – PR, CEP 87020-900, em dias úteis e durante o horário de expediente administrativo, observadas as orientações do setor responsável pelo recebimento.

Os bens deverão ser fornecidos em suas embalagens originais, lacradas, sem indícios de violação, acompanhados dos respectivos documentos de identificação do produto, manuais, quando aplicável, e informações relativas à garantia do fabricante.

TERMO DE REFERÊNCIA

As despesas com transporte, embalagem, carga, descarga, seguros e quaisquer outros custos necessários à entrega correrão integralmente por conta da Contratada.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição de notebooks tem como objetivo atender às necessidades institucionais dos setores demandantes, proporcionando equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, acadêmicas e operacionais.

A contratação justifica-se pela necessidade de disponibilização de equipamentos com capacidade de processamento e recursos tecnológicos compatíveis com as demandas atuais.

Dessa forma, a aquisição pretendida visa garantir melhores condições de trabalho aos usuários, promover maior eficiência na execução das atividades institucionais, reduzir interrupções decorrentes de falhas ou limitações dos equipamentos e assegurar a continuidade dos serviços prestados pela instituição.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Conclui-se que a aquisição de notebook novo representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, por atender integralmente às necessidades institucionais, proporcionar maior vida útil, melhor desempenho, maior segurança da informação, garantia do fabricante, menor custo de manutenção e incorporação dos bens ao patrimônio público, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE

Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1 Os bens devem ser produzidos mitigando os impactos ambientais relacionados principalmente ao processo de fabricação, transporte, utilização e descarte;

6.2 O equipamento ofertado deverá atender aos critérios de sustentabilidade, eficiência energética, segurança e compatibilidade eletromagnética aplicáveis ao objeto da contratação.

6.3 O objeto deverá ser fornecido, preferencialmente, em embalagem adequada à sua proteção durante o transporte e armazenamento, utilizando, sempre que possível, materiais recicláveis ou reciclados e com o menor volume necessário para garantir sua integridade.

6.4 O equipamento fornecido deverá, preferencialmente, ser fabricado em conformidade com normas ambientais aplicáveis, observando a restrição ao uso de substâncias potencialmente nocivas ao meio ambiente e à saúde humana, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs), em níveis superiores aos permitidos pela Diretiva RoHS ou norma equivalente.

6.5 As embalagens, utilizadas para o acondicionamento e transporte do bem deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas aplicáveis.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por ter o item valor total inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 379, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

TERMO DE REFERÊNCIA

8.1 O objeto desta licitação/contratação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) e/ou Nota de Empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da Universidade Estadual de Maringá – UEM, em **remessa única**, na Divisão de Patrimônio, Bloco O10, situada na Avenida Colombo, nº 5.790, Zona 7, Maringá – PR, CEP 87020-900.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

TERMO DE REFERÊNCIA

10.1.10 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Os bens devem ser produzidos mitigando os impactos ambientais relacionados principalmente ao processo de fabricação, transporte, utilização e descarte;

10.1.10.2 priorizar, sempre que aplicável, o fornecimento de equipamentos com maior eficiência energética, menor consumo de energia elétrica, maior durabilidade e possibilidade de manutenção, visando reduzir impactos ambientais durante o ciclo de vida do produto;

10.1.10.3 observar as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos eletroeletrônicos decorrentes da substituição, descarte ou final da vida útil dos equipamentos;

10.1.10.4 cumprir as normas ambientais aplicáveis e adotar medidas que contribuam para a redução dos impactos ambientais relacionados à fabricação, utilização e descarte dos equipamentos fornecidos.

10.1.10.5 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

TERMO DE REFERÊNCIA

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.2.12 o setor competente poderá incluir novas obrigações nos itens 10.1 e 10.2, de acordo com as especificações do objeto a ser contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

TERMO DE REFERÊNCIA

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há necessidade de habilitações complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza do produto a ser adquirido.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não será exigida garantia de execução contratual, tendo em vista tratar-se de aquisição de bem comum, de pronta entrega, sem obrigações futuras relevantes ou complexidade que justifique tal exigência, nos termos da legislação vigente.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses totalizando 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

Justifica-se a exigência de garantia em razão da necessidade de assegurar a qualidade, confiabilidade e pleno funcionamento, resguardando a Administração contra defeitos de fabricação e vícios ocultos que possam comprometer o desempenho do equipamento.

16.2 A garantia será prestada sem qualquer ônus adicional para a Contratante, abrangendo a substituição dos produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento durante o período de cobertura.

16.3 A garantia abrange a realização de manutenção corretiva, quando aplicável, ou a substituição integral do produto defeituoso pelo próprio Contratado ou por assistência técnica autorizada pelo fabricante.

16.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir defeitos apresentados pelo produto, compreendendo reparos, ajustes ou substituição do componente defeituoso.

TERMO DE REFERÊNCIA

16.5 Os produtos que apresentarem vício ou defeito durante o período de garantia deverão ser substituídos por outros novos, originais, de primeiro uso e com características técnicas iguais ou superiores às originalmente fornecidas.

16.6 Uma vez notificado pela Contratante, o Contratado deverá promover a substituição ou reparação do produto defeituoso no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da notificação.

16.7 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal apresentada pelo Contratado e aceita pela Contratante.

16.8 Decorrido o prazo para substituição ou reparação sem atendimento da solicitação da Contratante, poderá esta adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

16.9 O custo referente ao transporte, coleta, devolução ou substituição dos produtos cobertos pela garantia será de inteira responsabilidade do Contratado.

16.10 A garantia legal ou contratual possui prazo de vigência próprio e independente daquele fixado para a contratação, permanecendo válidas as obrigações do Contratado durante todo o período de cobertura da garantia, ainda que encerrada a vigência contratual.

17. VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e respectivo Anexo, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução nº 59/2024-PGE.

Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a necessidade de formalização de instrumento contratual específico, observada a legislação vigente.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

TERMO DE REFERÊNCIA

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 56.05.00.0;

Fonte de Recursos: 501;

Dotação: 4532.12.364.34.8122;

Ação Programática: 2.56.246.1278;

Elemento de Despesa: 4490.5235.

19.2 Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, com número de ordem 12369, informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, em razão da baixa complexidade do objeto e reduzido risco da contratação.

Maringá, 19 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
 EDILEUZA DE FATIMA ROSINA NARDI
Data: 19/08/2026 12:40:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDILEUZA DE FATIMA R. NARDI

COORDENADORA

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO I-D

	UEM-Universidade Estadual de Maringá Av.Colombo,5.790-Câmpus Universitário-CEP:87020-900 CNPJ/MF:79.151.312/0001-56-Inscrição Estadual:Isenta	
---	--	---

TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde aos itens 08 a 10

1. OBJETO

1.1. Aquisição de refrigerador, microondas e mesa para preparação de alimentos para o Laboratório de Técnicas Dietéticas (LTD) do Curso de Nutrição da Universidade Estadual de Maringá (LTD/UEM), conforme especificações abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód. CAT/MAT Compras Gov	Especificação	Qtd e	Unid	Valor total (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	7205-57871	431080	Refrigerador, MODELO: Duplex Frost Free, APRESENTAÇÃO : 02 (duas) portas independentes, 01 (uma) para freezer e 01 (uma) para refrigerador, VOLTAGEM: 127V, UNID. DE MEDIDA: Unitário	01	UN	R\$ 3.101,33	R\$ 3.101,33
2	7205-77351	399613	Forno Micro-ondas, CAPACIDADE MÍNIMA: 30 litros, POTÊNCIA: 1000W, VOLTAGEM: 127V, UNID. DE MEDIDA: Unitário	01	UN	R\$ 657,99	R\$ 657,99
3	7102-65696	614243	Mesa, MATERIAL: Aço Inox, Com estrutura e Contraventamento, UNID. DE MEDIDA: Unitário Mesa de preparação de alimentos em aço inox AISI 304 (alimentício) com	04	UN	R\$ 1.657,67	R\$ 6.630,68

			1,50 a 1,80 m (comprimento) x 0,70 m (largura) x 0,85 m (altura), com prateleira inferior. E barras de reforço nos pés.				
--	--	--	---	--	--	--	--

1.1.1. Não será permitida a proposta parcial por item quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que, o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. Item 1: Refrigerador, MODELO: Duplex Frost Free, APRESENTAÇÃO: 02 (duas) portas independentes, 01 (uma) para freezer e 01 (uma) para refrigerador, capacidade mínima de 400L. VOLTAGEM: 127V. UNID. DE MEDIDA: Unitário.

1.2.2. Item 2: Forno Micro-ondas, CAPACIDADE MÍNIMA: 30 litros, POTÊNCIA: 1000W, VOLTAGEM: 127V, UNID. DE MEDIDA: Unitário

1.2.3. Item 3: Mesa, MATERIAL: Aço Inox, Com estrutura e Contraventamento, UNID. DE MEDIDA: Unitário. Mesa de preparação de alimentos em aço inox AISI 304 (alimentício) com 1,50 a 1,80 m (comprimento) x 0,70 m (largura) x 0,85 m (altura), com prateleira inferior.

1.3. DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4. DO FORNECIMENTO

1.4.1. A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar os equipamentos em parcela única, em sua totalidade.

1.4.2. Os prazos deverão ser contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, sendo o prazo de entrega de 30 (trinta) dias.

1.4.3. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada pela empresa contratada na Universidade Estadual de Maringá, na Divisão de Patrimônio (PAT), localizado no Bloco O-10, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

1.5. AMOSTRAS

1.5.1. Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Laboratório de Técnicas Dietéticas (LTD) do Curso de Nutrição da Universidade Estadual de Maringá (UEM) é o espaço destinado às aulas práticas dos acadêmicos do curso, no qual são desenvolvidas atividades de planejamento, preparo e avaliação de preparações culinárias aplicadas a diferentes contextos do cuidado nutricional, incluindo a alimentação saudável da população em geral, as dietas voltadas ao controle e à redução de peso (emagrecimento), e as dietas terapêuticas (dietoterapia), destinadas ao manejo nutricional de patologias como diabetes mellitus, hipertensão arterial, insuficiência renal, doenças cardiovasculares e doença celíaca, entre outras.

Essas atividades práticas são indispensáveis para que os futuros nutricionistas desenvolvam as competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Nutrição (Resolução CNE/CES nº 5/2001), que exigem a formação de profissionais aptos a atuar na

produção de refeições, na avaliação de preparações e no planejamento dietético em diferentes contextos de atuação profissional (hospitalar, coletivo e ambulatorial). O LTD também é utilizado em atividades de extensão universitária, pesquisa aplicada e desenvolvimento de preparações para populações com necessidades nutricionais específicas.

Atualmente, o LTD está em fase de estruturação para implantação das atividades em 2027, sendo necessário adquirir os equipamentos básicos e adequados para o pleno funcionamento das aulas práticas das disciplinas de Técnica Dietética, Gastronomia e Dietoterapia. A ausência ou insuficiência de equipamentos essenciais como **o Refrigerador duplex, o forno de micro-ondas e asmesas de preparo em inox**, compromete diretamente a qualidade do ensino prático, limita a diversidade de preparações que podem ser executadas simultaneamente pelas turmas e prejudica o cumprimento da carga horária prática prevista nas ementas das disciplinas.

Dessa forma, a aquisição dos equipamentos descritos neste Termo de Referência é fundamental para garantir a infraestrutura mínima necessária ao funcionamento adequado do LTD/UEM, em conformidade com os padrões de qualidade exigidos para o reconhecimento e a manutenção do conceito do curso de Nutrição junto ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/MEC).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. As mesas de preparação deste Termo de Referência serão adquiridas para equipar o Laboratório de Técnicas Dietéticas (LTD) do Curso de Nutrição da UEM, viabilizando a realização das aulas práticas que envolvem o preparo, a padronização e a avaliação de receitas e preparações culinárias aplicadas a diferentes finalidades dietoterápicas. Para a realização dessas atividades, as mesas de preparação deverão contar com as especificações a seguir:

O refrigerador duplex deverá apresentar capacidade de armazenamento compatível com as atividades do laboratório, controle de temperatura eficiente, compartimentos independentes para refrigeração e congelamento, baixo consumo energético, prateleiras resistentes e facilidade de higienização, assegurando a conservação adequada das matérias-primas e preparações alimentícias, conforme as boas práticas de manipulação de alimentos.

O forno de micro-ondas deverá ser de fabricação nacional ou importada, novo, sem uso anterior, equipado com controle eletrônico de potência e tempo, capacidade compatível com as atividades desenvolvidas no Laboratório de Técnicas Dietéticas, cavidade interna de fácil higienização, sistema de segurança para operação, eficiência energética e conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes. O equipamento será destinado ao aquecimento, reaquecimento, descongelamento e preparo de alimentos durante as aulas práticas da disciplina de Técnicas Dietéticas, permitindo a execução de diferentes métodos de cocção e o estudo das alterações físicas, químicas e sensoriais dos alimentos submetidos ao aquecimento por micro-ondas. Sua utilização possibilitará aos estudantes compreender a influência desse processo sobre a qualidade nutricional, segurança dos alimentos, tempo de preparo e adequação das preparações às diferentes necessidades dietéticas.

As mesas em aço inoxidável deverão ser fabricadas em aço inox AISI 304 ou material equivalente de qualidade compatível, possuir superfície lisa, resistente à corrosão, de fácil limpeza e desinfecção, em conformidade com as boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos exigidas pela vigilância sanitária. Devem possuir estrutura reforçada para suportar o uso contínuo em laboratório de alimentos, com dimensões mínimas de 1,50 m (comprimento) x 0,70 m (largura) x 0,85 m (altura), com prateleira inferior e barras de reforço nos pés.

Considerando a diversidade de fornecedores desses equipamentos, entende-se que a melhor solução para a aquisição dos mesmos, considerando custo, benefício e prazo, seja

por meio de contratação própria pela licitação pública, reunindo os itens em um único processo em razão de se destinarem ao mesmo laboratório e à mesma finalidade didática.

O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Para a formação dos preços máximos, foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sendo realizadas cotações por meio do **sistema de Banco de Preços**, em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2. O critério de formação de preços foi a **MÉDIA** dos preços orçados, nos termos do § 3º do artigo 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para a Administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. A contratação deverá ser por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT.

6.1.2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.1.3. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) elevará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1. Os objetos desta licitação/contratação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, em remessa única, no endereço Central da UEM, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR, na Divisão de Patrimônio, Bloco O10.

9.2. Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, do funcionamento dos equipamentos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8. Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou anexo à nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

- 10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.9.2.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.9.3.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 10.1.10.** Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:
- 10.1.10.1** Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- 10.1.10.2** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 10.1.10.3** Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 10.2.** São obrigações do Contratante:
- 10.2.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 10.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4.** Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7.** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8.** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9.** Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10.** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a

regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4.s notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Não há exigências de qualificação técnica das empresas, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos.

12.4. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Em razão da natureza do objeto, tratando-se de aquisição de bens permanentes com entrega em parcela única, não há necessidade de garantia de execução, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega e instalação dos equipamentos.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses, totalizando 12 (meses), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

16.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição

do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. VIGÊNCIA

17.1. Na presente aquisição, o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2. Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que, no presente caso, o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei n.º 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

19.1.1. Gestão/Unidade: 56.08.00.0 - Centro de Ciências da Saúde - CCS

19.1.2. Fonte de Recursos: 501–Orçamento Gerencial

19.1.3. Dotação Orçamentária: 4532.12.364.34.8122

19.1.4. Ação Programática: 2.56.249.0450

19.1.5. Elemento de Despesa: 44905212 – Aparelhos e utensílios domésticos (itens 1 e 2) ;44905208 – Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médico-odontológicos, Laboratorial e Hospitalar (item 3).

19.2. E as demais dotações conforme OF (Ordem de Fornecimento) ou TED.

19.3. Atesta-se o alinhamento da contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, conforme números de ordem informados na tabela abaixo e no Estudo Técnico Preliminar – ETP:

Item	Número de ordem PCA-UEM	Descrição
1	4030	Refrigerador duplex
2	11506	Forno de micro-ondas
3	11910	Mesa de preparação em aço inox

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, DE 2022

21.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

22.1. O gerenciamento de risco fica dispensado nos termos do que prevê o art. 17-B, §§ 2º e 3º, do Decreto n.º 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 20 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **PRISCILLA DE LAET SANT'ANA**
Data: 20/08/2026 09:51:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Priscilla de Laet Sant'Ana
Coordenadora do curso de Nutrição / UEM
Responsável pela elaboração do Termo de Referência